Jornal Valor --- Página 3 da edição "16/08/2019 1a CAD E" ---- Impressa por MPamplona às 15/08/2019@08:02:30:pm

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UASG: 153031

Aviso de Licitaçao – Pregao nº 80/2019 – Processo Administrativo: 23089.025086/2019-74
Encontra-se aberto o edital do Pregao Eletrônico nº 80/2019 da Universidade Federal de Sao Paulo – Campus Sao Jose dos Campos para registro de preços para contrataçao de empresa especializada para prestaçao de serviços de encadernaçao / reencadernaçao de livros para a Universidade Federal de Sao Paulo/ Unifesp - Campi Diadema e Sao Jose dos Campos.
Abertura: 28/08/2019 as 10hs. Os interessados poderao examinar o edital e seus anexos no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Juliana da Silva Rodrigues
Pregoeiro

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1009225-20.2016.8.26.0114 O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, Dr. Gilberto Luiz Carvalho Franceschini, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **RAFAEL B CAPELAÇO - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, CNPJ 18.652.921/0001-02, que lhe foi proposta uma ação de **Monitória** por parte de **LongWay Indústria e Comércio de Produtos Alimenticios Ltda Epp**, objetivando a cobrança de dívida pela venda de mercadorias realizadas, entregues e não pagas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e INTIMAÇÃO para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada na inicial, no valor de R$51.507,15 (valor em fevereiro/2016), devidamente atualizada e efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos, nos termos do artigo 701 do CPC. Fica o réu advertido que será isento do pagamento de custas processuais se efetuar o pagamento no prazo. Caso não efetue o pagamento no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 07 de agosto de 2019.GILBERTO LUIZ C FRANCESCHINI Juiz de Direito

Canvas Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 15.338.521/0001-20
NIRE 35.226.423.017

Edital de Convocação de Assembleia de Sócios

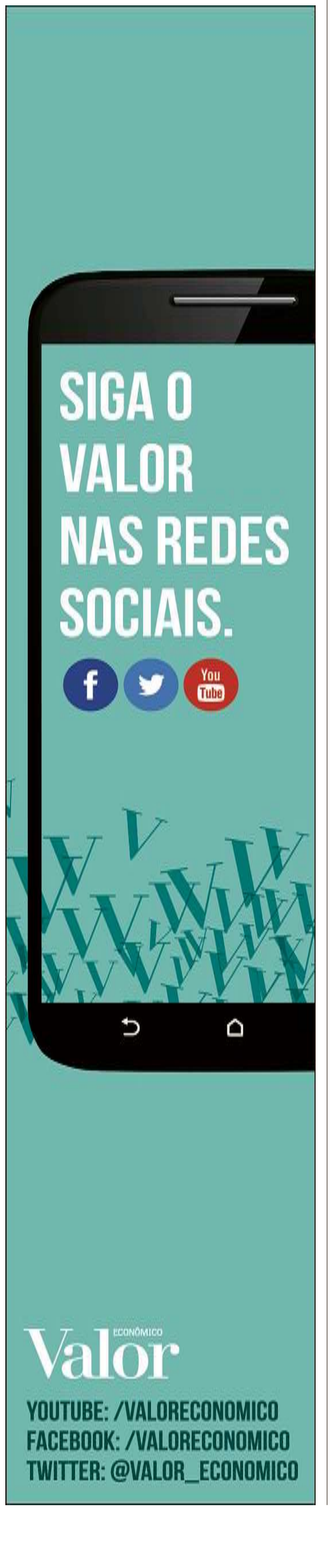
A Diretoria da **Canvas Participações Ltda.**, com sede na Rua Professor Atílio Innocenti, 165, 15º andar, Parte, Edifício Vista Faria Lima, São Paulo, SP, CEP 04538-000, CNPJ nº 15.338.521/0001-20 ("Sociedade"), convoca os Sócios da Sociedade para participarem da Assembleia de Sócios, a realizar-se no dia 28/08/19, às 14:00h, e da Reunião Prévia de Sócios no dia 26/08/19 também às 14:00h, na sede da Sociedade, para deliberarem sobre: (1) Exercício da Opção de Compra, pela Sociedade, anteriormente realizada, de quotas de sua emissão e de titularidade de sócia; (2) Aprovação da aquisição das quotas descritas no item (1) para permanência em tesouraria; (3) Alteração do contrato social da Sociedade para refletir a (i) aquisição, pela Sociedade, de quotas de sua própria emissão para permanência em tesouraria; (ii) alteração do quadro de sócios da Sociedade; e (iii) respectiva alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade; e (4) Autorização para que a Diretoria da Sociedade venha praticar todos os atos e promover todos os procedimentos necessários ao cumprimento dos documentos societários da Sociedade, inclusive o Contrato Social e o Acordo de Sócios. São Paulo, 16/08/19. **A Diretoria** (16, 17 e 20/08/2019)

Locaweb Serviços de Internet S/A

CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 30.05.2019

Data, Hora, Local: 30/05/2019, 10 hs, Rua Itapaiúna, nº 2.434, São Paulo/SP. **Convocação:** Publicada nos dias 22, 23 e 24/05/2019 nos jornais DOE/SP e Valor Econômico S.A.. **Presença:** Acionistas representando mais de ¾ do atual capital social. **Mesa:** Presidente: Gilberto Mautner, Secretário: Ricardo Gora. **Deliberações Aprovadas:** [A] declaração antecipada dos parciais juros sobre o capital próprio (referente pagamento intermediário dos JSCP/19) nesta ocasião, no valor total e bruto de até [A.1] R$3.500.000,00, equivalente ao limite contábil apurado de R$0,038484 brutos por ação nominativa da Companhia e os quais serão individualmente quitados em 05 parcelas mensais, fixas, díspares e sucessivas com início de sua fruição até o término deste presente mês de maio de 2019; sendo certo que [A.2] referido crédito será [A.2.1] liquidado pela Companhia aos Acionistas mediante subsequentes: [A.2.1.1] 02 parcelas mensais iniciais de R$400.000,00 cada e, cumulativamente, também [A.2.1.2] 03 parcelas mensais remanescentes de R$900.000,00 cada; [A.3] passível de eventual (rer)ratificação/complementação (referente período compreendido entre 1º/10/2019 e 31/12/2019), ainda, [A.4] considerando sua efetiva composição acionária na presente data (30/05/2019); e, ainda, [B] fica a Administração autorizada a assinar todos os documentos principais e acessórios, bem como a praticar todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações ora aprovadas nesta assembleia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo 30/05/2019. Acionistas: Michel Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora, Ricardo Gora, Andrea Gora Cohen, Kyle Ryland, Flavio Benício Jansen Ferreira, Fernando Biancardi Cirne, Rafael Chamas Alves, Alexandre Glikas, Willians Cristiano Marques, Victor Martins Popper e Luis Carlos dos Anjos, bem como Silver Lake Fundo de Investimento em Participações e Locaweb Serviços de Internet S/A. JUCESP nº 398.240/19-0 em 24.07.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 07.747.410/0001-40

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 30 de junho de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a SAX também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em junho de 2019, o total de ativos atingiu R$459 milhões (R$204,4 milhões em 2018), representados, basicamente, por operações de crédito no montante de R$489,1 milhões (R$173,4 milhões em 2018) e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R$182,5 milhões (R$78,6 milhões em 2018). No semestre, a SAX alcançou lucro de R$19,6 milhões (R$19,7 milhões em 2018) e seu patrimônio líquido é de R$83,9 milhões (R$86,4 milhões em 2018). O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanceira.com.br.

São Paulo, 8 de agosto de 2019.
A Administração

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		**456.794**	**202.362**
Disponibilidades	4	137	161
Aplicações interfinanceiras de liquidez		65.128	50.207
Aplicações no mercado aberto	5	65.128	50.207
Operações de crédito		338.048	131.094
Setor privado	6.a	487.838	172.284
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(149.790)	(41.190)
Outros créditos		53.423	20.844
Rendas a receber	7	5.875	830
Crédito Tributário	7	23.296	6.857
Diversos	7	24.252	13.157
Outros Valores e Bens		58	56
Despesas Antecipadas	7	58	56
Realizável a Longo Prazo		**1.991**	**1.834**
Operações de crédito		1.253	1.074
Setor privado	6.a	1.265	1.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(12)	(20)
Outros créditos		738	760
Crédito Tributário	7	738	760
Permanente		**183**	**246**
Imobilizado de uso	8	15	25
Outras imobilizações de uso	8	259	256
(Depreciações acumuladas)	8	(244)	(231)
Intangível	8	168	221
Ativos intangíveis	8	1.524	1.524
(Amortização acumulada)	8	(1.356)	(1.303)
Total do Ativo		**458.968**	**204.442**

PASSIVO	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		**73.441**	**78.760**
Depósitos		-	52.397
Depósitos Interfinanceiros	9	-	52.397
Recursos de aceites		31.243	-
Obrigações por emissões de letras financeiras	10	27.789	-
Obrigações por emissões de letras de câmbio	11	3.454	-
Outras obrigações		42.198	26.363
Fiscais e previdenciárias	12.a	24.296	16.207
Sociais e estatutárias	12.b	4.665	4.682
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		288	87
Diversas	12.c	12.949	5.387
Exigível a Longo Prazo		**301.591**	**39.249**
Recursos de aceites		299.542	37.571
Obrigações por emissões de letras financeiras	10	-	25.772
Obrigações por emissões de letras de câmbio	11	299.542	11.799
Outras obrigações		2.049	1.678
Diversas	12.c	2.049	1.678
Patrimônio Líquido	14	**83.936**	**86.433**
Capital social		69.000	69.000
Reservas de lucros		14.936	17.433
Total do Passivo		**458.968**	**204.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado - Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		**187.744**	**79.836**
Operações de crédito	16.a	180.265	78.598
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.b	7.479	1.238
Despesas da intermediação financeira		**(117.577)**	**(25.333)**
Operações de captação no mercado	16.c	(11.576)	(2.483)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.g	(106.001)	(22.850)
Resultado bruto da intermediação financeira		**70.167**	**54.503**
Outras Receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	16.d	8.574	8.460
Rendas de tarifas bancárias		69	-
Despesas de pessoal	16.e	(1.758)	(2.101)
Outras despesas administrativas	16.f	(29.695)	(20.062)
Despesas tributárias	16.g	(9.574)	(4.294)
Outras receitas operacionais		-	490
Outras despesas operacionais	16.h	(1.751)	(1.518)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**36.032**	**35.478**
Imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda	15	(14.103)	(8.566)
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	15	(8.469)	(6.863)
Ativo fiscal diferido	15	6.183	(336)
Lucro líquido do semestre		**19.643**	**19.713**
Lucro líquido por ação - R$		**1,98**	**1,98**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no semestre antes da tributação e das participações	**36.032**	**35.478**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.882	22.850
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	487	224
Depreciação e amortização	32	36
	118.433	**58.588**
Aumento (redução) em ativos e passivos:		
Operações de crédito	(122.495)	(34.597)
Outros créditos	(5.060)	(8.805)
Depósitos interfinanceiros	(31.355)	16.613
Outras obrigações	14.827	(1.665)
Recursos e aceites	79.126	37.383
Pagamentos referentes a litígios e demandas judiciais	(85)	(339)
Caixa gerado nas operações	53.391	67.178
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.890)	(7.970)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	13.501	59.208
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no ativo imobilizado	(4)	(54)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4)	(54)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(41.328)	(35.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(41.328)	(35.000)
Variação líquida dos fluxos de caixa	**(27.831)**	**24.154**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	93.096	26.214
No fim do semestre	65.265	50.368
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(27.831)**	**24.154**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Especiais de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**69.000**	**9.406**	**18.208**	**-**	**96.614**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	19.713	19.713
Dividendos distribuídos		-	-	(18.206)	-	(18.206)
Dividendos e Lucros pagos antecipadamente	14.d	-	-	(7.006)	-	(7.006)
Destinações:						
Reserva legal		-	986	-	(986)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	14.045	(14.045)	-
Dividendos propostos (R$ 0,4707 por ação)	14.b	-	-	-	(4.682)	(4.682)
Saldos em 30 de Junho de 2018		**69.000**	**10.392**	**7.041**	**-**	**86.433**
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**69.000**	**11.956**	**29.330**	**-**	**110.286**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	19.643	19.643
Dividendos distribuídos		-	-	(29.328)	-	(29.328)
Dividendos e Lucros pagos antecipadamente	14.d	-	-	(12.000)	-	(12.000)
Destinações:						
Reserva legal		-	982	-	(982)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	13.996	(13.996)	-
Dividendos propostos (R$ 0,4690 por ação)	14.b	-	-	-	(4.665)	(4.665)
Saldos em 30 de Junho de 2019		**69.000**	**12.938**	**1.998**	**-**	**83.936**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa ("Marisa"), que atuam preponderantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Consequentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 30 de junho de 2019, o Itaú não exerceu sua preferência de aquisição de operações atreladas ao contrato.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: - **CPC 01 -** Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; - **CPC 03 -** Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; - **CPC 05 -** Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; - **CPC 10 -** Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; - **CPC 23 -** Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; - **CPC 24 -** Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; - **CPC 25 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; - **CPC 33 -** Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; - **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019 foi concedida pela Diretoria em 15 de agosto de 2019.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravo para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e) Cessão de crédito sem coobrigação e outras avenças:** As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício. **f) Outros ativos e passivos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata die". **g) Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **h) Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **i) Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **j) Depósitos e captações no mercado aberto e recursos de aceites:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die." **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: - Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. - Para os riscos cíveis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza. O limite máximo de provisão é apurado considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos. - Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes a R$ 240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 7. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **m) Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	137	161
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	65.128	50.207
	65.265	50.368

(*) Referem-se as aplicações da CFI com compromisso de recompra pela instituição financeira no próximo dia útil subsequente à aplicação. Em 30 de junho de 2019, as operações apresentaram remuneração média de 97,66% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97,66% em 31 de dezembro de 2019).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Letras do Tesouro Nacional	65.128	-
Notas do Tesouro Nacional – série B	-	50.207
	65.128	50.207

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento a taxa de 6,25% a.a. (6,25% a.a. em 30 de junho de 2018).

6. Operações de crédito

a) ***Por operação***

	2019	2018
Empréstimo pessoal	169.996	165.632
Empréstimo consignado	8.099	7.746
Operações financiadas (i)	311.008	-
	489.103	173.378
Circulante	487.838	172.284
Realizável a longo prazo	1.265	1.094
	489.103	173.378

(i) Em 01 de julho de 2018, houve uma reestruturação financeira nas companhias SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (parte relacionada), que consiste na migração das operações com juros originários do Cartão Marisa, que faziam parte, anteriormente, da carteira da Club para a carteira da Sax CFI. Desta forma, todas as operações de vendas com juros por meio do Cartão Private Label Marisa passaram a ser registradas, diretamente, na SAX CFI e as operações sem juros do Cartão Marisa que venham a ocorrer inadimplência são cedidas da Club para a SAX CFI. As cessões são realizadas pelo seu valor contábil, não gerando resultado entre as companhias.

b) ***Composição das operações por faixas de vencimento***

	2019 Valor	2019 % sobre total	2018 Valor	2018 % sobre total
Parcelas a vencer:				
Até 30 dias	72.268	14,78	26.653	15,37
De 31 a 60 dias	48.013	9,82	21.658	12,49
De 61 a 90 dias	43.232	8,84	17.889	10,32
De 91 a 180 dias	82.645	16,89	35.426	20,43
Acima de 180 dias	47.699	9,75	23.324	13,45
	293.857	60,08	124.950	72,06
Parcelas vencidas:				
Até 30 dias	32.920	6,73	8.923	5,15
De 31 a 60 dias	19.455	3,98	6.612	3,81
De 61 a 90 dias	20.201	4,13	5.913	3,41
De 91 a 120 dias	20.889	4,27	5.200	3,00
De 121 a 150 dias	18.731	3,83	4.918	2,85
De 151 a 180 dias	19.687	4,03	4.301	2,48
De 181 a 240 dias	30.042	6,14	6.717	3,87
De 241 a 300 dias	19.768	4,04	4.198	2,42
De 300 a 360 dias	13.553	2,77	1.646	0,95
	195.246	39,92	48.428	27,94
	489.103	100,00	173.378	100,00

c) ***Concentração das operações***

	2019	2018
Dez maiores devedores	284	312
Cinquenta seguintes maiores devedores	583	552
Cem seguintes maiores devedores	688	664
Demais clientes	487.548	171.850
	489.103	173.378

d) ***Composição por vencimento das parcelas***

	2019 Valor	2019 % sobre total	2018 Valor	2018 % sobre total
A vencer até 3 meses	163.513	33,43	66.200	38,18
A vencer de 3 a 12 meses	129.078	26,39	57.656	33,26
A vencer de 1 a 3 anos	1.251	0,26	1.087	0,63
A vencer acima de 3 anos	15	0,00	7	0,00
Vencidos	195.246	39,92	48.428	27,93
	489.103	100,00	173.378	100,00

e) ***Composição por atividade econômica - setor privado***

	2019 Valor	2019 % sobre total	2018 Valor	2018 % sobre total
Pessoas físicas	489.103	100,00	173.378	100,00
	489.103	100,00	173.378	100,00

f) ***Composição da carteira por nível de risco***

"Rating"	Provisão mínima-%	2019 Carteira	2019 Provisão Mínima	2019 Provisão Adicional	2019 Total	2018 Carteira	2018 Provisão Mínima	2018 Provisão Adicional	2018 Total
A	0,5	233.982	1.170	-	1.170	104.976	525	-	525
B	1,0	30.348	303	-	303	6.796	68	-	68
C	3,0	29.525	886	-	886	8.224	247	-	247
D	10,0	27.695	2.770	-	2.770	7.931	793	-	793
E	30,0	27.470	8.241	9.613	17.854	6.916	2.075	2.420	4.495
F	50,0	24.235	12.118	4.847	16.965	6.640	3.320	1.328	4.648
G	70,0	23.978	16.785	1.199	17.984	5.850	4.095	293	4.388
H	100,0	91.870	91.870	-	91.870	26.045	26.046	-	26.046
		489.103	134.143	15.659	149.802	173.378	37.169	4.041	41.210

A SAX constituiu, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 com base na perda histórica. Tais provisões foram concentradas exclusivamente nos níveis de classificação E, F e G, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis.

g) ***Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa***

	2019	2018
Saldo inicial	67.920	38.401
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	106.001	22.850
Baixa de títulos incobráveis	(24.119)	(20.041)
	149.802	41.210

h) ***Recuperação de créditos:*** Os recebimentos de operações recuperadas, anteriormente baixadas para prejuízo, totalizaram o montante de R$1.312 (R$3.928 em 2018). Do montante recuperado até 30 de junho de 2018 há R$1.874 referente a cessão de crédito realizada em 20 de março de 2018, a qual celebrou contrato de cessão de operações de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios junto ao Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados no montante de R$37.474. A receita reconhecida no período está registrada na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Operações de crédito".

7. Outros créditos e outros valores e bens

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social a compensar	20.850	11.900
Créditos tributários (**)	24.034	7.617
Adiantamentos e antecipações salariais	102	89
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.354	(66)
Despesas antecipadas	58	56
Outros	7.821	2.064
	54.219	21.660
Circulante	53.423	20.844
Realizável a longo prazo	796	816
	54.219	21.660

(**) Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2019
Imposto de renda:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.532	20.471	(15.472)	14.530
Outras adições temporárias	383	105	-	488
	9.915	20.576	(15.472)	15.018
Contribuição social:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.664	12.282	(11.180)	8.767
Outras adições temporárias	273	63	(87)	249
	7.937	12.345	(11.267)	9.016
	17.852	32.921	(26.739)	24.034

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2018
Imposto de renda:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.835	702	(746)	3.791
Outras adições temporárias	585	50	(199)	436
	4.420	752	(945)	4.227
Contribuição social:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.102	561	(597)	3.066
Outras adições temporárias	431	53	(160)	324
	3.533	614	(757)	3.390
	7.953	1.366	(1.702)	7.617

A Sociedade, com base em suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis no prazo máximo de 1 ano para créditos provenientes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e até 5 anos para provisão para causas judiciais. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa de captação média de 10,49% da Sociedade é de R$21.513 (R$6.800 em 2018).

8. Imobilizado e intangível

a. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	2019 Custo	2019 Depreciação	2019 Líquido	2018 Custo	2018 Depreciação	2018 Líquido
Móveis e utensílios	10	32	(31)	1	32	(29)	3
Instalações	10	2	(1)	1	2	(1)	1
Hardware	20	225	(212)	13	222	(201)	21
		259	(244)	15	256	(231)	25

b) ***Intangível***

	Taxa anual de amortização %	2019 Custo	2019 Amortização	2019 Líquido	2018 Custo	2018 Amortização	2018 Líquido
Software	20	1.524	1.356	168	1.524	(1.303)	221
		1.524	1.356	168	1.524	(1.303)	221

9. Depósitos interfinanceiros

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2019	2018
18/07/2017	18/07/2018	126,50%	-	13.053
06/11/2017	01/11/2018	129,90%	-	8.442
22/11/2017	19/11/2018	122,80%	-	15.723
08/05/2018	08/05/2019	100,00% + 1,90% a.a	-	15.179
			-	52.397

10. Obrigações por emissões letras financeiras

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2019	2018
03/03/2016	05/03/2018	110,00%	-	-
15/02/2018	17/02/2020	123,00%	27.789	25.772
			27.789	25.772

11. Obrigações por emissões letras de câmbio

Emissão	Vencimento	Taxa CDI	2019	2018
06/2018	06/2020 - 06/2021	120%-123% do CDI	12.717	11.799
07/2018	07/2020 - 06/2021	120%-123% do CDI	25.620	-
08/2018	08/2020 - 08/2021	120%-124% do CDI	33.863	-
09/2018	09/2020 - 09/2021	120%-124% do CDI	52.847	-
10/2018	10/2020 - 11/2021	120%-124% do CDI	32.094	-
11/2018	11/2020 - 11/2021	120%-123% do CDI	43.809	
02/2019	02/2021 - 03/2022	120%-123% do CDI	12.326	
03/2019	03/2021 - 03/2022	115%-117% do CDI	38.657	
05/2019	05/2021 - 05/2022	115%-118% do CDI	46.702	-
06/2019	06/2021 - 06/2022	115%-117% do CDI	4.361	-
			302.996	11.799
Circulante			3.454	-
Exigível a longo prazo			299.542	11.799
			302.996	16.207

12. Outras obrigações

a) ***Fiscais e previdenciárias***

	2019	2018
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	22.572	15.427
Impostos e contribuições a recolher	145	107
Outros impostos	1.579	673
	24.296	16.207
Circulante	24.296	16.207
Exigível a longo prazo	-	-
	24.296	16.207

b) ***Sociais e Estatutárias***

	2019	2018
Dividendos propostos a pagar	4.665	4.682
	4.665	4.682

c) ***Diversos***

	2019	2018
Obrigações trabalhistas	420	417
Contas a pagar	12.529	4.970
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	2.049	1.678
	14.998	7.065
Circulante	12.949	5.387
Exigível a longo prazo	2.049	1.678
	14.998	7.065

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) ***Ativos contingentes:*** Em 30 de junho de 2019 e de 2018 não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização. **b)** ***Passivos contingentes:*** Em 30 de junho de 2019, a Sociedade integra o polo passivo de 387 ações cíveis (410 ações em 2018). Esses processos referem-se a reclamações formuladas por consumidores, com motivos diversos, tais como: inscrição indevida no Serviço de Proteção ao Crédito e revisão contratual. O valor médio de condenação nessas ações é de R$2,7 (R$1,9 em 2018) e o valor provisionado no montante de R$1,2 MM (R$0,957 MM em 2018) tem como base o êxito da Sociedade e o valor envolvido de cada processo. A SAX também possui 09 ações trabalhistas ativas (08 ações em 2018) com valor provisionado de R$ 0,787 MM (R$0,721 MM em 2018). **c)** ***Perdas possíveis:*** Em 30 de junho de 2019, o valor aproximado de processos administrativos, avaliados com probabilidade de perda possível e não provisionados estão relacionados a IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008 e compensação de crédito indeferido PERD/COMP, no montante de R$ 1,029 MM (R$0,971 MM em 2018) e R$ 2,255 MM (R$2,094 MM em 2018), respectivamente.

d) ***Movimentação das provisões e das obrigações legais***

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	739	908	1.647
Constituição de provisão	67	765	832
Baixas por encerramento	(19)	(411)	(430)
Saldo em 30 de junho de 2019	787	1.262	2.049

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	691	1.102	1.793
Constituição de provisão	183	444	627
Baixas por encerramento	(153)	(589)	(742)
Saldo em 30 de junho de 2018	721	957	1.678

e) ***Órgãos reguladores:*** Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Sociedade. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

14. Patrimônio líquido: a) ***Capital social:*** O capital social, totalmente integralizado, é representado por 9.945.518 ações, as quais totalizam R$69.000, sendo 4.972.759 ações ordinárias nominativas e 4.972.759 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **b)** ***Reservas: Reserva Legal:*** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e é constituída semestralmente. ***Reservas Estatutárias ou Dividendos:*** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, apurado em cada balanço, após outras destinações previstas em disposições legais. Por decisão de reunião da Diretoria, foram aprovadas as seguintes distribuições a título de dividendos:

	Valor por ação (R$)	Valor distribuído/ proposto
Junho de 2019	0,4690	4.665
Junho de 2018	0,4707	4.682

c) ***Reservas de lucros:*** Em 30 de junho de 2019, o lucro líquido do semestre, deduzido da reserva legal e do dividendo intermediário proposto, foi destinado para reserva especial de lucros no montante de R$13.996 (R$14.045 em 2018). **d)** ***Distribuição de lucros:*** Em 28 de maio de 2019, instituição realizou a distribuição de R$53.440 em dividendos, sendo estes compostos por R$29.328 deduzido da reserva especial de lucros, R$12.111 que já estavam registrados no passivo da sociedade e R$12.000 distribuídos em caráter de distribuição antecipada de dividendos.

15. Imposto de renda e contribuição social: Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representada:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	36.031	35.478
Alíquota vigente	40%	45%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	(14.412)	(15.965)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Receitas não tributáveis / (despesas não dedutíveis)	(1.978)	200
	(16.390)	(15.765)
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:		
Correntes	(22.572)	(15.429)
Diferidos	6.182	(336)
	(16.390)	(15.765)

16. Demonstração do resultado

a) ***Operações de crédito***

	2019	2018
Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos	178.953	74.670
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.312	3.928
	180.265	78.598

b) ***Resultado de operações com títulos e valores mobiliários***

	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.479	1.238
	7.479	1.238

c) ***Operações de captação no mercado***

	2019	2018
Despesas com Depósitos Interfinanceiros	657	1.613
Despesas com Letras Financeiras	1.016	724
Despesas com Letras de Câmbio	9.903	146
	11.576	2.483

d) ***Receita de prestação de serviços***

	2019	2018
Receitas de comissão de vendas de seguros (*)	3.387	3.196
Receitas de taxa de confecção de cadastro	5.187	5.264
	8.574	8.460

(*) Refere-se à receita com comercialização de produtos e serviços financeiros ofertados para clientes presentes na carteira de operações de crédito pessoal da Financeira. A renovação do contrato de parceria firmado entre as empresas Sax CFI e Assurant Seguradora S.A em 29 de março de 2017 possui o prazo de vigência de 5 anos e 8 meses.

e) ***Despesas de pessoal***

	2019	2018
Proventos	1.147	1.400
Encargos sociais	342	439
Benefícios	238	236
Treinamento	31	26
	1.758	2.101

f) ***Outras despesas administrativas***

	2019	2018
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.382	1.104
Despesas com serviços técnicos especializados	4.377	2.737
Despesas com processamento de dados	1.747	1.357
Depreciações e amortizações	32	36
Despesas de viagens	1	-
Despesas de comunicações	366	411
Despesas de propaganda, publicidade e publicações	141	887
Despesas compartilhadas (**)	20.464	13.306
Outras	185	224
	29.695	20.062

(**) As despesas compartilhadas referem-se a despesas tais como administrativas e de pessoal, reconhecidas na Marisa para atividades desenvolvidas para a Sax, as quais são compartilhadas utilizando o critério de rateio definido pela Marisa Lojas S.A., de acordo com a participação de cada empresa sobre a Receita Operacional Líquida do grupo econômico avaliada anualmente.

g) ***Despesas tributárias***

	2019	2018
COFINS	7.867	3.330
ISS	429	423
PIS	1.278	541
	9.574	4.294

h) ***Outras despesas operacionais***

	2019	2018
Despesas com processos cíveis e trabalhistas	401	1.379
Provisão para outros créditos	1.180	-
Diversos	170	139
	1.751	1.518

17. Transações e saldos com partes relacionadas: Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Ativo circulante:		
Outros créditos diversos – Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada) (*)	836	748
Outros créditos diversos - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) (*)	1.353	(66)
	2.189	682
Passivo circulante:		
Outras obrigações diversas - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) (*)	6.138	3.934
Outras obrigações diversas – Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada) (*)	5.191	-
Dividendos a pagar - Max Participações Ltda. (Holding)	4.665	4.682
	15.994	8.616
Resultado:		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada)	5.524	-
Rendas - CCB Pré Fixado	5.524	-
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada)		
Aluguéis de imóveis	(11)	(10)
Despesas de Serviços CCB	(1.874)	-
Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)		
Despesas de correspondente bancário	(86)	(94)
Despesas compartilhadas	(20.465)	(13.306)
	(16.912)	(13.410)

(*) Outros créditos diversos referem-se à operações de repasse entre sociedades em coligadas. Enquanto que Outras obrigações correspondem a operações de compartilhamentos de despesas e serviços de correspondente bancário.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 a SAX não realizou pagamento de prêmios ou comissões à diretoria e à administração.

18. Limites operacionais: Conforme Resolução CMN n° 4.193, de 01 de março de 2013 e Circular Bacen n° 3.477, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), e à adequação ao Patrimônio de Referência (PR), o Índice da Basiléia para a data-base de 30 de junho de 2019 é 18,3% (21,74% em 2018).

19. Gerenciamento de risco: A abordagem integrada para gestão de riscos da Sociedade compreende a adoção de instrumentos que permitem o efetivo controle dos riscos incorridos, organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. O controle dos riscos abrange todas as exposições às linhas de negócio vigente, agrupados nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, capital e operacional, fundamentalmente segregado das áreas de negócios e auditoria interna. Os níveis de exposição são monitorados diariamente por meio de uma estrutura de limites de aceitação de risco, através de um processo de gestão e controle, que atribui responsabilidades às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O resultado financeiro é apurado através dos controles que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. A área de gestão de riscos, adota os fundamentos: - Visão integrada de riscos; - Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; - Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e - Constante envolvimento da Alta Administração. Para reduzir os efeitos do risco operacional o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), é fundamentado em uma estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios face a complexidade dos seus negócios. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. Aprovado pela Alta Administração, a gestão de riscos tem os critérios definidos e os limites estabelecidos no conjunto de documentos citado acima, divulgado internamente (intranet) a todos os colaboradores e revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando necessário devido mudanças nos objetivos e estratégias do negócio ou na metodologia de gestão do risco. Adicionalmente em cumprimento à Resolução CMN Nº 4.193/13, informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Sociedade.

A DIRETORIA

CONTADORA
Debora Aversoni Branco Pedro - CRC SP253347/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores da
SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo/SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 10 de agosto de 2018, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1